

*Uma genealogia para Miguel Pais (1828-1888)*¹

Por Fernando da Motta

Introdução

O engenheiro Miguel Carlos Correia Pais teve uma importância determinante no desenvolvimento económico, industrial e populacional na vila do Barreiro, na segunda metade do século XIX, por teimosamente ter sido bem-sucedido na construção da primeira estação ferro-fluvial de Portugal, sobre um aterro e inaugurada em 4 de outubro de 1884.



As fontes e bibliografia existentes contam-nos algum do seu percurso profissional². Contudo são omissas quanto ao seu local de nascimento, dia e mês do mesmo, nome dos seus pais e da sua esposa, assim como, o local do óbito³, elementos essenciais para uma genealogia.

Este artigo pretende trazer alguma luz sobre este tema, acrescentando novos dados, preenchendo lacunas e corrigindo algumas incorreções.

¹ Texto apresentado no colóquio evocativo dos 200 anos do nascimento de Miguel Pais, realizado na Biblioteca Municipal do Barreiro, em maio de 2025.

² Pereira, Hugo Silveira, in: <https://dicionario.ciuhct.org/pais-miguel-carlos-correia/>, "Pais, Miguel Correia Pais" [consultado em 10.1.2025], Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia; Pedreirinho, José Manuel - "Pais, Miguel Carlos Correia". In Dicionário dos arquitetos activos em Portugal do século I à actualidade. Porto: Afrontamento, 1994. p. 186-187; Anunciação, Paulo, in: <https://umportuguesemlondres.wordpress.com/2015/01/10/glorias-de-portugal-miguel-pais/>, [consultado a 10.1.2025].

Junta de Freguesia de Santo António, Lisboa, in: https://www.ifsantoantonio.pt/index.php?option=com_sppagebuilder&view=page&id=476, [consultado em 10.1.2025]

³ «Resenha Noticiosa». *O Occidente*. Ano 11 (333). Lisboa. 21 de março de 1888. p. 71-72.

«Miguel Paes». *Diário Ilustrado*. Ano 17 (5366). Lisboa. 18 de março de 1888. p. 3.

«Miguel Carlos Correia Paes». *Pontos nos ii*. Ano IV (150). Lisboa. 22 de março de 1888. p. 505.

Família

A bibliografia existente sobre Miguel Carlos Correia Pais (a partir de agora, referido apenas a Miguel Pais) é completamente omissa sobre o nome dos seus pais e respetiva ascendência. Esta investigação veio revelar que a sua história familiar foi fundamental para o seu percurso profissional e pessoal.

A família paterna de Miguel Pais desde finais do século XVII que vivia na Vidigueira, local onde encontramos um dos seus mais antigos antepassados: António Pais, com a alcunha de “Corvo”, cognome que chegará ao seu neto, João Paes⁴.

Este **João Paes**, avô de Miguel Pais, além de ter abandonado a alcunha familiar, era também natural da Vidigueira e filho de outro João Paes Corvo e de Maria Correia. Foi o primeiro a seguir uma carreira militar.

Alistou-se como voluntário com 18 anos no Regimento de Infantaria n.º 2 de Elvas (RI 2), a 22 de outubro de 1774 apresentando o seu pai (trabalhador) como fiador. Segundo o seu registo biográfico dessa unidade tinha cabelos castanhos e olhos pardos, com 5 pés e 1 polegada de altura (cerca de 1,55m). Quando se alistou foi colocado no RI na 8ª Companhia de Francisco José Villarelo da Silveira e em 6 de julho de 1794 na 6ª Companhia, de António José Cardoso. Daqui, em 19 de fevereiro de 1796 foi transferido para o Regimento de Cascais⁵.

João Paes casou na Santa Casa da Misericórdias de Elvas com Ana Rosa (natural de Alcáçovas e filha de Manuel dos Santos e de Brites Teresa Tarouca, naturais de Castelo de Vide), a 8 de janeiro de 1792⁶. Deste casamento nasceu João, batizado na freguesia de São Salvador, de Elvas no dia 11 de novembro de 1792 e nascido a 4 do mesmo mês e ano⁷.

⁴ Tal como muitas alcunhas em Portugal, o propósito das alcunhas (que em muitos casos se tornaram verdadeiros apelidos) servia para identificar e distinguir determinados indivíduos com o mesmo nome, que no caso de António Paes sucedia na Vidigueira no final do século XVII, com outro António Paes mas casado com uma Lúzia Rodrigues.

⁵ Arquivo Histórico Militar, Livro Mestre do Regimento de Infantaria n.º 2, 1794, fl. 289.

⁶ Arquivo Distrital de Portalegre, Registos Paroquiais, Assentos de casamento da freguesia de São Salvador, Elvas (1792), fl. 74v.º.

⁷ Arquivo Distrital de Portalegre, Registos Paroquiais, Assentos de Batismo da freguesia de São Salvador, Elvas (1792), fl. 220.

Tal como o seu pai, **João Paes** alistou-se como voluntário no exército português, ou como se dizia “no Real Serviço” com 15 anos⁸, segundo o seu registo biográfico, no Regimento de Infantaria n.º 4 (RI 4), onde assentou praça a 15 de maio de 1809, tendo jurado bandeira a 15 de novembro do mesmo ano⁹. O seu primeiro registo biográfico diz-nos que João Paes tinha de altura 5 pés (1,52m), cabelos castanhos e olhos pardos¹⁰. Contudo, pouco tempo depois do seu assentamento de praça deu-se a terceira invasão de Portugal pelos exércitos napoleónicos. O RI 4 participou na batalha do Buçaco a 27 de setembro de 1810. Não sabemos o que se passou com João Paes, mas foi dada a sua baixa do “Real Serviço”, em 30 de novembro de 1810, “por incapaz de continuar” pela Junta Militar, em consequência de uma inspeção que lhe foi passada na conformidade das ordens do Comandante em Chefe do Exército, General Beresford¹¹. Porém o esforço de guerra ou a própria vontade de João Paes fizeram com que voltasse a ser admitido ao serviço, 4 meses depois, por ordens do seu Coronel em 26 de fevereiro de 1811.

Assim, participaria em todas as campanhas militares do RI 4 que o levariam a França, em perseguição dos exércitos de Soult. Participa em maio de 1811 na batalha de Albuena, sendo, entretanto, promovido a anspeçada¹², em 16 de fevereiro de 1812 e integrado no Legião Lusitana. Entra novamente em combate nas batalhas de Vitória, Pirinéus, Nive, Nivelles, Orthez e Toulouse. A bravura e distinção demonstradas levaram a que fosse condecorado com a Cruz da Guerra Peninsular e a Medalha de Distinção de Albuena e com o hábito de Nossa Senhora da Conceição por assistir às batalhas atrás referidas¹³. Entretanto, de Cabo na 7ª Companhia do RI 4, foi promovido a Furriel em 22 de outubro de 1814, já depois do fim da Guerra Peninsular; e a 2º sargento, a 7 de julho de 1815. Em 16 de janeiro de 1821 foi promovido a 1º sargento da 5ª Companhia do RI

⁸ Tal como aconteceu com Miguel Pais, a idade registada nos Livros Mestres do Exército está errada, já que João Pais não tinha 15 anos, mas 17 quando se alistou e jurou bandeira.

⁹ Arquivo Histórico Militar, Livro nº 30 - Livro de Registo de Infantaria nº 4, Lista da 2ª Companhia, de 1808 a 1813.

¹⁰ Arquivo Histórico Militar, Livro nº 8 - Livro de Registo do Regimento de Infantaria nº4, do 1º Batalhão, de 1808 a 1812., fl. 753.

¹¹ Arquivo Histórico Militar, Livro nº 8 - Livro de Registo do Regimento de Infantaria nº4, do 1º Batalhão, de 1808 a 1812, fl. 753.

¹² Anspeçada é um posto militar da classe das praças nas forças armadas, forças de segurança e outras organizações militares ou paramilitares de diversos países. Normalmente corresponde a um posto imediatamente inferior ao de cabo, sendo, tipicamente, a primeira graduação militar.

¹³ Arquivo Histórico Militar, Livro nº 7 - Livro de Registo do Regimento de Infantaria nº5, de 1822, fl. 23.

4. Precisamente nessa altura, apresentou um requerimento para ser promovido a oficial em resultado das suas condecorações na Guerra Peninsular, o que veio a acontecer por Portaria de 15 de maio desse ano, ao ser promovido a Alferes¹⁴. Em 21 de maio de 1821 passou a integrar o 1º Batalhão da Legião Constitucional, tendo estado na Baía (Brasil).

Volta a Portugal em data que desconhecemos e não foi período fácil para João Paes. Por motivos que desconhecemos o Juiz de Fora da Praça de Elvas processou-o civilmente em outubro de 1825, assim como, outro co-réu paisano. João Paes esteve preso cerca de 5 meses. Quando o outro réu foi posto em liberdade por Acórdão de 13 de fevereiro de 1826, ao contrário dele, redigiu um requerimento clamando a sua liberdade à Câmara dos Deputados, que indeferiu o seu pedido¹⁵.

Por Decreto de 14 de abril de 1825 foi integrado no RI 5 para o recém-criado Regimento de Infantaria n.º 25 (RI 25), onde entrou no corpo de oficiais, com o posto de alferes, por Decreto de 8 de setembro de 1826¹⁶. O descontentamento do Alferes João Paes em como o Estado Liberal respondeu à sua prisão em Elvas e a sua saída do RI 5, levaram-no a aderir à causa absolutista e aos partidários de D. Miguel. Participa nas revoltas de 1826 e 1827 contra a Carta Constitucional, mas a derrota destes movimentos levou à sua expulsão do exército. Felizmente para João Paes, a amnistia de 13 de abril de 1827 a favor dos participantes nas revoltas absolutistas permitiu a sua readmissão no Exército¹⁷, formalizada em 9 novembro de 1827¹⁸.

A 24 de março de 1828 era colocado na Guarda de Polícia de Lisboa¹⁹. A sua simpatia com D. Miguel e o regime absolutista torna-se novamente pública ao escolher para padrinho do seu filho, Miguel, o rei “usurpador”. Foi neste corpo de elite que seria promovido a tenente graduado, em 9 de junho de 1829 e promovido a tenente efetivo por Decreto de 2 de setembro de 1830. Em janeiro de 1832 João Pais dava novas provas de lealdade ao reinado de D. Miguel, ao oferecer, assim como todos os Oficiais do Corpo da Guarda Real da Polícia de Lisboa, metade de um mês de Soldo na forma da Lei, para

¹⁴ Arquivo Histórico Militar, Livro nº 3 - Guarda Real da Polícia e Guarda Milícia, Registo de Assentamentos dos Oficiais e Praças, de 1823.

¹⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 49 de 26 de fevereiro de 1827, p. 350.

¹⁶ Arquivo Histórico Militar, Livro nº 1 - Livro de Registo do Regimento de Infantaria nº 25, de 1827, fl. 15 e *Gazeta de Lisboa*, n.º 215 de 13 de setembro de 1826, p. 872.

¹⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 170 de 20 de julho de 1827, p. 985 e *Gazeta de Lisboa*, n.º 192 de 15 de agosto de 1827, p. 1075.

¹⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 273 de 17 de novembro de 1827, p. 1403.

¹⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 75 de 25 de março de 1828, p. 515.

as urgências do Estado, “sendo este oferecimento descontado nos primeiros três meses que se lhe houver de pagar seus Soldos, segundo o atual vencimento dos mesmos Oficiais”, tendo o Tenente João Pais oferecido 11\$250 réis²⁰.

Promovido a Capitão Graduado em 23 de outubro de 1832 participou em várias ações contra os “rebeldes” em 14 de setembro de 1833 em Chelas, no dia 10 de outubro no Campo Grande e Telheiras e a 11 de outubro em Loures, tendo sido promovido a Capitão Efetivo a 27 de outubro de 1833²¹.

Porém, a derrota dos Miguelistas no final da Guerra Civil em 1834, que levou à extinção da sua unidade militar, teve custos profissionais e pessoais para João Paes: foi despromovido dos postos obtidos durante a “usurpação” e a nível familiar o casamento desagrega-se. Narcisa Cristina Rosa do Sacramento Correia processa o marido exigindo-lhe Alimentos Provisórios, no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, no início de 1843. As pretensões da viúva foram atendidas e em fevereiro de 1843 eram penhoradas diversas rendas de propriedades de João Paes no valor de cerca de 55\$000 réis²².

João Paes casara no dia 17 de janeiro de 1818 na paróquia de Santa Isabel, em Lisboa com Narcisa Cristina Rosa do Sacramento Correia, batizada em São Sebastião da Pedreira, Lisboa e filha de Manuel Correia e de Teresa de Jesus²³. O casal teve dois filhos: Miguel Carlos Correia Pais e Maria Rita da Conceição Pais da Silva (que por doação passou a administrar algumas rendas de prédios do pai em Lisboa).

Depois da separação da sua primeira mulher, voltaria a casar em segundas núpcias com D. Maria Isabel de Sousa Freitas.

João Paes foi reformado do serviço militar em agosto de 1844, passando a receber uma pensão de 33\$600 réis²⁴.

Manteve-se ligado ao exército até 1851, tendo depois sido julgado “incapaz” e reformado do serviço militar²⁵. Foi então integrado no 3º Batalhão de Veteranos e reformado com o vencimento de 15\$000 réis e o posto de Tenente Graduado²⁶. Em

²⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 18 de 21 de janeiro de 1832, p. 83

²¹ Arquivo Histórico Militar, Guarda Municipal, Livro nº 2 - Registo de Assentamento de Praças e Oficiais, de 1823 a 1826.

²² *Diário do Governo*, n.º 21 de 25 de janeiro de 1843, p. 120.

²³ Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, Assentos de Casamento da Freguesia de Santa Isabel, Lisboa (1818), fl. 167.

²⁴ *Diário do Governo*, n.º 182 de 3 de agosto de 1844, p. 916.

²⁵ *Diário do Governo*, n.º 303 de 24 de dezembro de 1851, p. 1

²⁶ *Diário do Lisboa*, n.º 231 de 1 de outubro de 1858, p. 1255.

1860, através de requerimento enviado ao Batalhão de Veteranos, João Paes requeria que o seu nome passasse a incluir o apelido “Correia”, pedido este que foi aprovado²⁷.

Já afastado do serviço militar, mas como um grande proprietário de edifícios e terrenos na freguesia da Lapa, fez parte do Conselho de Jurados de Liberdade de Imprensa, que serviram no ano de 1851²⁸. Mais tarde, por serviços prestados durante a epidemia da febre amarela foi agraciado com um grau na ordem da Torre e Espada²⁹.

João Pais Correia faleceu no dia 9 de novembro de 1877, na rua dos Remédios na freguesia da Lapa, com 85 anos³⁰. Foi a sua segunda mulher e uma das suas filhas D. Maria da Glória Freitas Pais, assim como, a única filha do primeiro casamento D. Maria Rita Correia Pais da Silva que se habilitaram como únicas herdeiras à pensão anual de 100\$500 réis no Montepio Geral, onde João Paes Correia era o sócio n.º 1.448³¹.

O único filho do sexo masculino de João Paes foi **Miguel Carlos Correia Pais**.

A incógnita do nascimento de Miguel Pais

Quando consultámos a bibliografia existente sobre **Miguel Pais**, toda ela nos dizia que a sua data de nascimento tinha sido em 1825, sendo omissos o dia, mês e freguesia de batismo. Tendo sido os pais recebidos na freguesia de Santa Isabel e o seu registo militar apontar essa freguesia de naturalidade foi efetuada a pesquisa ao seu batismo. Contudo, esta investigação tornou-se infrutífera. Não existia qualquer registo de batismo de um Miguel entre 1824 e 1826.

Foi necessário seguir outra pista: a do seu óbito. Conhecia-se, com certeza, a data da morte de Miguel Pais, ocorrida no dia 17 de março de 1888, depois de doença prolongada. Mas, novamente existiam lacunas, em particular, qual seria a freguesia em Lisboa onde ocorrera o óbito. Foi necessário analisar todas as freguesias da capital e procurar o dia 17 de março de 1888. A pesquisa teve sucesso e, finalmente, mais um

²⁷ *Diário de Lisboa*, n.º 63 de 17 de março de 1860, p. 1.

²⁸ *Diário do Governo*, n.º 29 de 3 de fevereiro de 1851, p. 1.

²⁹ *Diário de Lisboa*, n.º 194, de 29/08/1862, na página 3.

³⁰ Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, Assentos de Óbito da Freguesia da Lapa, Lisboa (1877), fl. 274.

³¹ *Diário do Governo*, n.º 20 de 25 de janeiro de 1878, p. 235.

novo dado poderia ser acrescentado à sua biografia: Miguel Pais faleceu na freguesia de S. Mamede, na conhecida Casa de Saúde Lisbonense, na rua de Entremuros, n.º 177.

Este óbito, além de apresentar o nome dos pais, fazia referência ao nome da sua mulher (até aqui desconhecido) e ao facto de não ter descendência³².

Mas, nova surpresa se nos deparou: o registo referia que Miguel Pais tinha falecido com 60 anos. Este novo dado apontava para uma outra data de nascimento, diferente da oficialmente apresentada: 1828.

Com este novo elemento foi efetuada a pesquisa nos assentos de batismo da freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, para o ano de 1828. Chegados a maio desse ano tivemos sucesso. Miguel Pais tinha sido, de facto, batizado no dia 13 de maio de 1828 e tinha nascido no dia 18 de janeiro desse ano³³.

Mas, as surpresas não ficaram por aqui. O seu pai, João Paes, era apresentado como alferes do Regimento de Polícia de Lisboa uma unidade de elite apoiante de D. Miguel, sabemos agora, em resultado desta investigação, que o pai de Miguel Pais era um simpatizante da causa absolutista. Foi aqui que surgiu a grande novidade contida nos nomes dos padrinhos de batismo: nada menos que “D. Miguel I, rei de Portugal”, poucos dias depois de ter convocado as Cortes em Lisboa, a pedido da nobreza, que lhe solicitara que as reunisse à maneira tradicional para decidir a sucessão no trono de Portugal (3 de maio de 1828) e a sua mãe a “Imperatriz Rainha a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon”. Não tendo o Rei e a sua mãe estado fisicamente presentes no batizado fizeram-se representar, respetivamente, por D. José de Melo da Cunha de Mendonça e Meneses³⁴, 4º conde de Castro Marim e Marquês de Olhão, seu “Gentil Homem” e na altura ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelo Conde de Porto Santo, António de Saldanha da Gama³⁵, “seu vedor”.

³² Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, Assentos de Óbito da Freguesia de São Mamede, Lisboa (1888), fl. 174.

³³ Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, Assentos de Batismo da Freguesia de Santa Isabel, Lisboa (1828), fl. 117.

³⁴ Lisboa, Beato, 22.1.1809 – Lisboa, Lumiar, Paço do Lumiar, 31.10.1870.

³⁵ Lisboa, Santos-o-Velho, 5.2.1778 – Lisboa, Ajuda, 23.7.1839.

Percurso militar de Miguel Pais

Segundo a documentação guardada no Arquivo Histórico Militar, Miguel Pais à semelhança do seu pai e avô, apresentou-se como voluntário no Exército no dia 6 de novembro de 1842. O seu registo biográfico assinala que tinha cabelos e olhos castanhos de cor clara e o nariz regular e 60 polegadas (1,52m) e como tendo 17 anos quando se alistou³⁶. Foi este registo da sua idade que induziu em erro os seus biógrafos. De facto, quando Miguel Pais se alistou não tinha 17, mas 14 anos. Como já vimos antes, este erro sucedera igualmente com o seu pai.

Assim, depois de assentar praça como soldado no Regimento de Infantaria n.º 16 no 2º Batalhão, em novembro de 1842, foi promovido a Cabo em 1 de julho de 1843.

Passou a frequentar os estudos da Escola Politécnica a 1 de outubro de 1843, por ofício do Ministério da Guerra de 20 de setembro. A 9 de janeiro de 1844 pediu para ser abonado no fardamento, provavelmente em resultado da ação que a sua mãe movia contra o marido para que este subsidiasse o filho em alimentos.

Com o aproveitamento nos estudos a 1 de outubro de 1844 foi graduado em aspirante a oficial. Em 1 de agosto de 1845 concluiu também o 2º ano na Escola Politécnica. Foi aprovado o seu regresso para o 3º ano em 1 de outubro de 1845, mas não se apresentou na Escola. Por esse motivo foi-lhe suspensa a licença por falta de aproveitamento a 9 de outubro por ofício do Ministério da Guerra de dia 7. Contudo, algo se terá passado. No dia 11 de outubro deu entrada no Hospital do Regimento de Sapadores, ficando internado onde ficou de baixa até ao dia 30 desse mês. Depois de obter alta é transferido para a 7ª Companhia do RI 16 a 1 de novembro de 1845 com o posto de Cabo Aspirante a Oficial. Contudo, volta a dar entrada no Hospital de Sapadores durante 19 dias em 28 de julho de 1846 e novamente de 30 de dezembro a 24 de janeiro de 1847. Estando recuperado da doença que o afligiu, foi transferido a 20 de setembro de 1847 para o Regimento de Infantaria n.º 7 (RI 7), 1º Batalhão com o posto de Furriel Aspirante a Oficial³⁷. No mesmo ano foi promovido a 2º Sargento Aspirante a Oficial.

³⁶ Arquivo Histórico Militar, Registo das Praças do Batalhão de Infantaria n.º 16, 2ª Companhia, 1842

³⁷ Arquivo Histórico Militar, Livro nº 41 - Livro de Registo do Regimento de Infantaria nº7, 1º Batalhão, de 1851.

Foi promovido a 1º sargento Aspirante a Oficial em 1849, por antiguidade. Atingiu o posto de Alferes a 22 de outubro de 1851 e foi enviado para o Batalhão de Caçadores n.º 8 no mesmo ano em que iniciava a sua frequência no curso de Engenharia na Escola do Exército.

A 18 de janeiro de 1857 passou para o Batalhão de Caçadores n.º 6, para a arma de Engenharia sendo promovido a Tenente. É neste ano que Miguel Pais casa a 3 de novembro de 1857 na paróquia da Lapa com Maria da Glória Pimenta, filha de Fabiano Pimenta e de Dona Maria Amália Pimenta, batizada na freguesia de Santos e moradora na de Santa Justa³⁸.

Com a sua opção pelo serviço no Ministério de Obras Públicas fica suspenso do quadro do Exército a 15 de fevereiro de 1865. Foi nesta qualidade que foi promovido a Capitão a 19 de agosto de 1868; Major a 8 de julho de 1880; e em Tenente-Coronel em 6 de junho de 1883.

Epílogo: Miguel Pais e o Barreiro

Em 1861 abria à exploração a linha do Sul no Barreiro, com uma imponente estação ferroviária construída junto à praia do rio Coina.

Contudo a localização desta estação ferroviária do Barreiro, apresentava um verdadeiro obstáculo para atrair a instalação de novas indústrias no concelho porque não permitia o fácil desembarque de mercadorias.

Este erro na sua localização já era comentado pelos contemporâneos:

“O local escolhido para a sua edificação foi péssimo; primeiramente, os passageiros que de Lisboa se dirigiam para este caminho, desembarcavam na ponta do Mexilhoeiro e tinham de percorrer um extenso areal de cerca de dois quilómetros, antes de chegarem ao local onde deviam meter-se no comboio ; mais tarde, começou o vapor a ir lançar os passageiros mesmo defronte da estação, mas ainda assim o incomodo não era muito menor, pois que passavam do vapor para pequenos barcos que os vinham lançar em terra , tendo ainda de percorrer, a pé, uma certa distância até à estação³⁹”.

³⁸ Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, Assentos de Casamento da Freguesia da Lapa, Lisboa (1857), fl. 273.

³⁹ PIMENTA, José Augusto (1886), Memória Histórica e Descritiva da Vila do Barreiro, p. 78.

Por esse motivo colocou-se em causa a localização da estação terminus no Barreiro, preferindo-se Cacilhas com a continuação da linha do Barreiro até lá.

Foi já como notável engenheiro e visionário com várias obras publicadas⁴⁰ que Miguel Pais defende a construção de uma nova estação no Barreiro em aterro.

Miguel Pais entendia o caminho-de-ferro como o motor do desenvolvimento e crescimento económico para o Sul do país, em particular do Alentejo, onde as prioridades estavam na colonização, no aproveitamento das águas para irrigações nos terrenos apropriados e no arroteamento para arborização dos terrenos incultos. Partindo da premissa que do aproveitamento para a agricultura de extensas porções de terrenos incultos, resultava a necessidade de grande abundância de estrumes, Miguel Pais argumentava que a indústria agrícola não se desenvolveria sem transportes baratos. Segundo ele, encontrava-se na mesma situação a indústria mineira, privada dos meios necessários para concentrar e enriquecer os produtos da sua extração⁴¹.

Porém a construção do aterro apresentava dificuldades. As condições geológicas e geotécnicas de construção de uma estação confinante com o rio, levantava inúmeros problemas técnicos para os conhecimentos de engenharia de então. Este desiderato técnico iria ser solucionado pelo Engenheiro Miguel Pais, autor do projeto da estação inaugurada em 1884, na embocadura do rio Coina.

Para a construção do cais foi necessário conquistar ao rio Coina uma área de 30.790 m², num aterro suportado por fortes muralhas. Assim, o cais partia do lado sul, do muro de suporte que sustentava a estrada para Palhais, na Recosta, tendo 448 metros de extensão, o da testa 70 metros e o do lado norte 340 metros. Para aterrar o espaço cercado por estas muralhas, com uma altura média de 4,5 metros, foram utilizados aproximadamente de 139 mil metros cúbicos de terras. Quando o aterro ficou concluído, foi registada em fotografia a totalidade dos operários envolvidos na construção, acompanhados por Miguel Pais e dos seus ajudantes.

⁴⁰ PAIS, Miguel - Memória apresentada à associação dos engenheiros civis portugueses, em sessão de 5 de agosto de 1876, pelo sócio Miguel Carlos Correia Paes, sobre o local da estação terminus dos caminhos de ferro ao sul do Tejo. Revista de Obras Públicas e Minas. IX:98 (1878), p. 61–148.

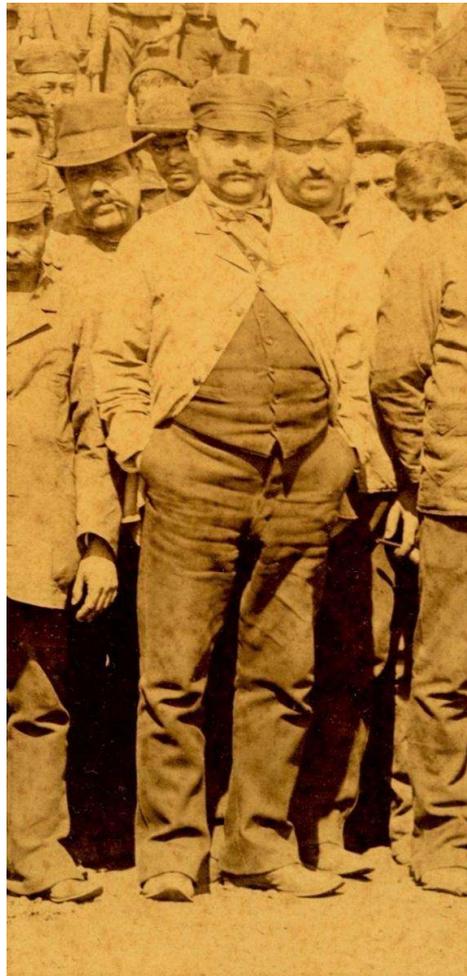
PAIS, Miguel - Memória sobre os caminhos de ferro considerados debaixo do ponto de vista estratégico, apresentado à associação dos engenheiros civis portugueses, em sessão de 5 de maio de 1877. Revista de Obras Públicas e Minas. 10:109 e 110 (1879) p. 1–43.

PAIS, Miguel - Melhoramentos de Lisboa e seu porto. Lisboa: Tipografia Universal, 1884.

⁴¹ PAIS, Miguel (1879), Fonte citada, p. 13.



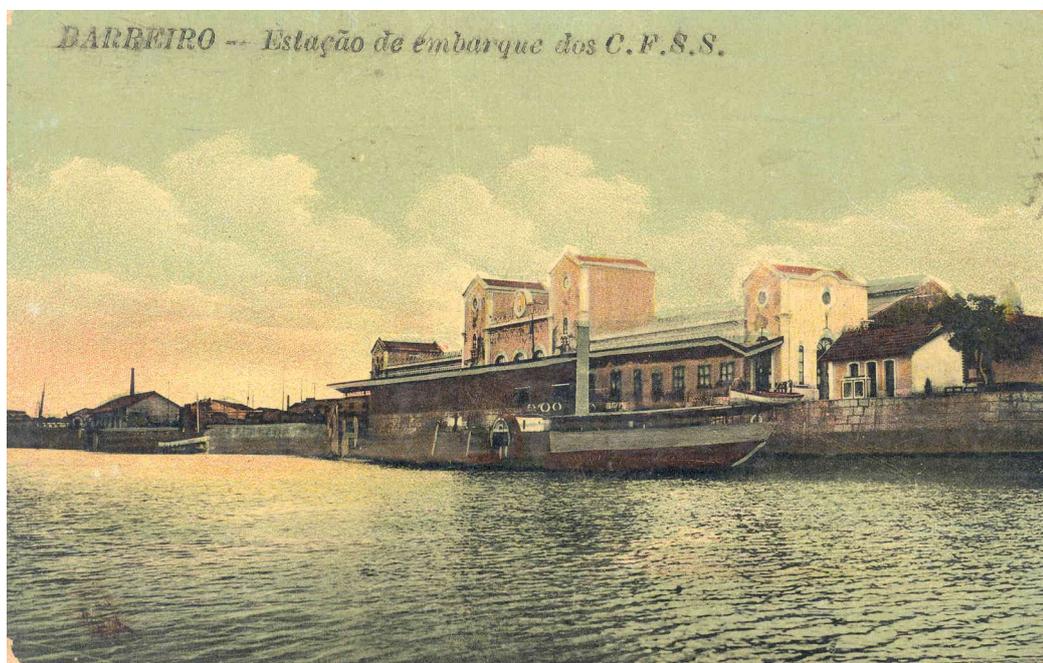
Operários e engenheiros envolvidos na construção do aterro para a nova gare ferroviária (c. 1882). Fonte: CMB-Espaço Memória do Barreiro



Pormenor da fotografia anterior com engenheiro Miguel Pais entre os operários (c. 1882).

A construção da nova gare marítima do Barreiro, localizada no leito do rio, a mais de 500 metros das margens do Coima foi uma obra de grande complexidade hidráulica, apresentando grandes dificuldades técnicas de execução. Foi uma batalha difícil de travar em que além de Miguel Pais, poucos acreditavam fosse bem-sucedida⁴². Concluída em 1884, na sua graciosidade, oferecia abrigo e comodidade aos passageiros.

Outra ligação de Miguel Pais aos caminhos-de-ferro e ao Barreiro foi ainda revelada em 1883 quando funda a Caixa de Socorros dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste que tinha as suas origens numa outra - a Associação Humanitária do Pessoal dos Caminhos de ferro do Sul do Tejo - fundada em 1872.



Cais da estação ferro-fluvial dos caminhos de ferro do Sul e Sueste (1910).
Fonte: CMB-Espaço Memória. Fundo de bilhetes postais ilustrados.

A gare marítima, única no país como estação ferroviária e fluvial, seria inaugurada no dia 4 de outubro de 1884, no meio de “luzida e pomposa festa” a que não faltou o Ministro de Estado, António Augusto de Aguiar, a Câmara Municipal, todos os empregados e “os operários das oficinas e os seus respetivos mestres, duas

⁴² PAIS, Armando da Silva (1963), O Barreiro Antigo e Moderno, ed. CMB, Barreiro, p. 192.

filarmónicas, mais de duas mil pessoas de todas as classes sociais, habitantes de Lisboa, do Barreiro e povoações vizinhas”⁴³.

Na memória descritiva do projeto que elaborou para a gare marítima, o engenheiro Miguel Pais explicava a intenção de realizá-lo com a maior economia de meios, procurando, “reunir à maior simplicidade, uma certa elegância no risco, obtida mais pela harmonia dos traços da fachada e anexos, que pela riqueza da pedra, do seu talhe e d’ornamentos sempre caros e de pouca duração, num sítio tão exposto” [Arquivo da Fundação Museu Nacional Ferroviário, 1879].

Do ponto de vista estrutural, a gare marítima do Barreiro apresentava dois corpos integrados, o edifício de passageiros e as plataformas com a sua competente gare coberta em ferro de arrebites e o cais de embarque e amarração dos navios das carreiras fluviais.

A abertura da nova gare fluvial acentuou o desenvolvimento económico e populacional do Barreiro, que estava já em crescimento, mas de forma tímida. Foi a indústria corticeira que mais beneficiou com a construção da nova estação. No último quartel do século XIX, aos pequenos fabricos de rolha que já existiam desde 1865, vieram somar-se as grandes empresas de cortiça em redor da estação e na zona da Recosta, como os Reynolds (que transferem a fábrica de Estremoz), a alemã O. Herold & Co. (que adquire os terrenos a sul da estação, ao filho de António Gomes Brandão ocupando as instalações da antiga fábrica de moagens a vapor do Barreiro, de Luís da Costa) ou a Lane & Santos, que se fixa nas antigas instalações da cordoaria de Nicola Covacich (que mudara a sua cordoaria mecânica para perto do apeadeiro do Barreiro-A).

Estavam agora criadas as condições para fixação de novas gentes e indústrias, tendo os novos empreendimentos que adaptar-se à reconfiguração do espaço agora definido pelo complexo ferroviário e portuário do Barreiro.

⁴³ Pimenta, José Augusto (1886), fonte citada, p. 86.

ÁRVORE GENEALÓGICA DE MIGUEL CARLOS CORREIA PAIS

